

LEIS - DECRETOS - PORTARIAS

LEIS

Em, 20 de março de 2019.
LEI N° 7.706

Projeto de Lei n° 400/2018 de autoria dos Vereadores Rafa Zampronio e Professor Jesus.

Estabelece como ilícito administrativo a coação exercida por guardadores de carros “flanelinhas”.
O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI e VII do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° É vedado aos que exercem a atividade de guardador e lavador autônomo de veículos:

I - ameaçar ou coagir, de qualquer forma, mesmo que velada, o motorista a contratar os seus serviços ou dar remuneração;

II - sugerir, mesmo que de forma velada, qualquer espécie de preço tabelado ou que não fique à livre escolha do motorista.

Art. 2° Os que incorrerem em tais condutas serão penalizados com multa de 63 (sessenta e três) Unidades Fiscais de Guarulhos - UFG's.

Art. 3° A aplicação desta Lei independe do fato de o infrator ter observado a Lei Federal n° 6.242, de 1975, e poderá ser aplicada mesmo aos que exploram tal serviço de forma irregular.

Art. 4° VETADO.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Guarulhos, 20 de março de 2019.

GUSTAVO HENRIC COSTA
Prefeito

MENSAGEM N° 054, DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Excelentíssimo Senhor

Vereador PROFESSOR JESUS

Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

1. Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e dignos Pares que usando da faculdade conferida pelos artigos 44, § 1°, e 63, VI e VII, ambos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, **SANCIONO o Autógrafo n° 015/19**, correspondente ao Projeto de Lei n° 400/18, de Vossa autoria e do nobre Vereador Rafa Zampronio, porém, vetando o artigo 4°, pelas razões a seguir expostas.

2. Referido projeto de lei dispõe sobre: **Estabelece como ilícito administrativo a coação exercida por guardadores de carros “flanelinhas”.**

3. A Secretaria de Transporte e Mobilidade Urbana manifestou-se a respeito da matéria, posicionando-se pela aposição de veto parcial ao Projeto de Lei n° 400/2018, atingindo o disposto no artigo 4°, em razão de atribuir à STMU a responsabilidade pela fiscalização e aplicação da Lei.

4. Cabe esclarecer que à STMU, por meio do quadro de Agentes de Transportes e Trânsito, compete a fiscalização de transportes e trânsito, nos termos do Manual de Descrição de Atribuições de Cargos e Empregos Públicos do Município de Guarulhos.

5. Quanto aos aspectos jurídicos, a Procuradoria Municipal ressalta, em que pese a louvável intenção dos N. Legisladores - autores da proposição, que o referido autógrafo padece de vícios de inconstitucionalidade formal e material.

6. A inconstitucionalidade formal se configura sempre que uma lei ou um ato normativo achar-se em desconformidade com o texto constitucional, no tocante às regras que disciplinam o devido processo legislativo tanto em relação à competência para a deflagração da atividade legiferante (inconstitucionalidade formal subjetiva ou orgânica), quanto no que concerne ao procedimento fixado para a elaboração, alteração ou substituição das espécies legais (inconstitucionalidade formal objetiva ou propriamente dita).

7. A iniciativa de leis que disponham: (i) sobre a criação, estrutura, atribuições, funcionamento, planejamento, regulamentação e gerenciamento de órgãos e serviços públicos da administração pública municipal; (ii) sobre a estrutura, planejamento, organização e funcionamento da administração municipal; (iii) criação de programa específico de fiscalização de atividade privada de “flanelinhas”; e (iv) a criação ou aumento de despesa pública, pertence ao Chefe do Poder Executivo. Trata-se de iniciativa privativa e indelegável.

8. No caso vertente, o autógrafo em questão violou a prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, imiscuindo-se, de forma inconstitucional na prática de atos de administração, agredindo a prerrogativa de auto-organização do Poder Executivo Municipal.

9. Essa sistemática normativa, de acordo com disposto no § 2°, n. 1 e n. 2 do artigo 24 e nos incisos II e XIV do artigo 47, todos da Constituição Estadual, aplicáveis aos Municípios por força do artigo 144 da referida Carta, deveria decorrer da iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração municipal, disciplinando sobre a criação de programa específico de fiscalização de atividade privada de “flanelinhas”.

“Art. 24. (...) § 2° Compete, exclusivamente, ao Governador do Estado a iniciativa das leis que disponham sobre: 1 - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração; 2 - criação e extinção das Secretarias de Estados e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 47, XIX;”

“Art. 47. Compete privativamente ao Governador, além de outras atribuições previstas nesta Constituição: (...) II - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (...) XIV - praticar os demais atos de administração, nos limites da competência do Executivo.”

“Art. 144. Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por Lei Orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.”

10. Por outro lado, a inconstitucionalidade material perfaz-se quando o conteúdo de uma lei ou ato normativo não guarda a necessária congruência com algum preceito e/ou princípio contido no texto da Constituição (Estadual ou Federal). Assim, aquele ato normativo que afrontar qualquer preceito ou princípio da Constituição Paulista deve ser declarado inconstitucional.

11. O princípio da independência e harmonia entre os poderes está incorporado à Constituição do Estado, não elidindo esta assertiva o reconhecimento de que, em face da Constituição da República vigente, não seja permitido ao Estado-Membro da Federação dispor diferentemente (artigo 25, caput e inciso IV do artigo 34 da Constituição Federal de 1988).

12. É ponto pacífico na doutrina, bem como, na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público, de outro lado, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração.

13. A inconstitucionalidade do autógrafo em questão decorre também da violação da regra da separação de poderes, prevista nos artigos 5° e 47, II e XIV, ambos da Constituição Paulista e aplicável aos Municípios conforme previsto no artigo 144 do mesmo diploma legal.

14. O artigo 4° do autógrafo n° 015/19, ao atribuir novas obrigações aos agentes públicos e secretarias municipais, sobretudo à Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, invade esfera da gestão administrativa, que cabe ao Poder Executivo, envolvendo o planejamento, a direção, a organização e a execução de atos de governo, afrontando o princípio de separação de poderes.

CONCLUSÃO

Considerando as questões de mérito e reconhecendo os bons propósitos que motivaram a elaboração da proposição, com fundamento nos §§ 1° e 2° do artigo 44 c/c os incisos VI e VII do artigo 63, dispositivos da Carta Magna Municipal, **SANCIONO** o Autógrafo n° 015/19, correspondente ao Projeto de Lei n° 400/18, com

veto parcial atingindo o artigo 4°, sem que o veto desfigure a matéria em sua essência.

À vista disso, segue o presente à consideração dessa E. Câmara Municipal para a apreciação prevista nos §§ 1° e 4° do artigo 44 da Lei Orgânica do Município, com o respectivo edital da **Lei n° 7.706, de 20/03/2019.**

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos Pares protestos de elevada estima e lúdima consideração.

GUSTAVO HENRIC COSTA
Prefeito

MENSAGEM N° 055, DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Excelentíssimo Senhor

Vereador PROFESSOR JESUS

Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

1. Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e dignos Pares que usando da faculdade conferida pelos artigos 44, § 1°, e 63, VII, ambos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, **DECIDO apor Veto Total ao Projeto de Lei n° 1.381/18**, de autoria dos nobres Vereadores Eduardo Barreto, Betinho Acredite e Moreira, aprovado e encaminhado pela Edilidade através do **Autógrafo n° 016/19**.

2. Referido projeto de lei dispõe sobre: **“Alteração da Lei n° 7.470, de 04/05/2016, para fazer constar o Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Guarulhense a ser celebrado todo dia 06 de outubro, no âmbito do Município de Guarulhos”.**

3. De fato, louvável e grande a sensibilidade dos nobres Vereadores autores da proposição, buscando incluir no calendário de eventos municipais, constante da Lei n° 7.470, de 2016, o “Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Guarulhense” a ser comemorado anualmente, no dia 6 do mês de outubro.

4. Contudo, cabe salientar que, as proposições legislativas devem obedecer à técnica legislativa prescrita na Lei Complementar Federal n° 95, de 26/02/1998 e, nesse sentido, transcrevemos a redação do artigo 1° do Autógrafo em questão:

“Art. 1° Fica alterado a Lei n° 7.470, de 4 de maio de 2016, para acrescentar no art. 2°, inciso X, o Dia Municipal de Defesa das Prerrogativas da Advocacia Guarulhense à ser celebrado todo dia 06 de outubro.”

5. Considerando que qualquer inovação legislativa relativa ao Calendário Municipal (datas comemorativas, eventos e feriados) dar-se-á por meio da alteração da referida Lei n° 7.470, de 2016, há de ser observada a regra estampada no artigo 11, III, alínea “d”, da Lei Complementar n° 95, de 1998, *in verbis*:

“Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

(...)

III - para a obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, **alíneas** e itens.” (grifamos)

6. A não observância da correta promoção de acréscimo de alínea ao inciso X do artigo 2° da Lei n° 7.470, de 2016, conduz obrigatoriamente à aposição de veto total à proposição, uma vez que tal situação inviabiliza a alteração proposta.

7. Dessa forma, apesar de constatado o relevante interesse público, a proposição dos nobres parlamentares necessariamente deverá indicar a **alínea** a ser acrescida ao inciso X do artigo 2° da Lei n° 7.470, de 2016.

8. Por fim, importa destacar os seguintes dispositivos constantes na Lei Orgânica do Município de Guarulhos - LOM:

“Art. 63. Ao Prefeito compete privativamente, entre outras atribuições:

(...)

VII - **vetar no todo ou em parte, os projetos de lei inconstitucionais ou cuja aplicabilidade não seja possível;**

(...);” (grifamos)

9. Consta-se de forma inequívoca que, a presente proposta, embora nobre e relevante em seu mérito, apresenta falha na correta indicação de qual **alínea** será acrescida ao inciso X do artigo 2° da Lei n° 7.470, de 2016, resulta na aposição de veto total.

CONCLUSÃO

Essas, Senhor Presidente, as razões das áreas técnicas que me levaram a **Vetar Totalmente** o Autógrafo n° 016/19 aprovado por essa Casa de Leis, correspondente ao Projeto de Lei n° 1.381/18.

Em obediência ao disposto nos §§ 1° e 4° do artigo 44 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, restituo a matéria ao reexame e apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência e dignos Pares protestos de elevada estima e lúdima consideração.

GUSTAVO HENRIC COSTA
Prefeito

MENSAGEM N° 056, DE 20 DE MARÇO DE 2019.

Excelentíssimo Senhor

Vereador PROFESSOR JESUS

Presidente da E. Câmara Municipal de
GUARULHOS

1. Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência e dignos Pares que usando da faculdade conferida pelos artigos 44, § 1°, e 63, VII, ambos da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, **DECIDO apor Veto Total ao Projeto de Lei n° 2.244/16**, de autoria do nobre Vereador João Dácio, aprovado pela Edilidade através do **Autógrafo n° 013/19**.

2. Referido projeto de lei dispõe sobre: **“A criação da Equipe de Apoio e Resgate da Guarda Civil Municipal de Guarulhos e dá outras providências”.**

3. A Secretaria para Assuntos de Segurança Pública manifestou-se a respeito da matéria, informando que atualmente o Município dispõe de um efetivo de 777 (setecentos e setenta e sete) guardas, subtraindo desses os afastados, os readaptados e os que eventualmente ocupam cargos designados.

4. Esse efetivo não é suficiente para atender as demandas de Segurança Pública do Município que tem aproximadamente 1.400.000 habitantes, requerendo excessivo esforço e planejamento por parte da Corporação, para não deixar de cumprilas.

5. Essas demandas referem-se tanto aos bens, serviços e instalações municipais, quanto às atividades de cooperação com os demais órgãos de segurança pública.

6. Considerando a Lei Federal n° 13.022, de 08/08/2014, hoje a Guarda Civil Municipal tem atribuições muito maiores que aquelas de origem, e isso não se trata de uma extinção da Polícia Militar e sim um apoio a essa força de segurança pública, porém com as demandas e o pequeno efetivo municipal, não podemos assumir esse novo apoio à PM, a qual é sem dúvida a Corporação mais preparada e eficiente na questão não somente da segurança pública como de resgate emergencial.

7. Há de salientar que a Secretaria da Saúde já executa o serviço de resgate emergencial por meio do SAMU, tornando redundante a proposta parlamentar, além de onerar os parques recursos públicos municipais e prejudicar as ações de segurança no Município, haja vista que a Corporação teria seu efetivo reduzido ou dividido para atender a pretendida criação de Equipe de Apoio e Resgate da Guarda Civil Municipal.

8. Diante do suscitado nos itens anteriores, é patente que, criar mais serviços, além daquela variedade já existente na Corporação, impedirá que um ou alguns outros deixem de funcionar.

9. Complementando a Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil esclarece que por motivo de competência legal, a União, o Estado e o Distrito Federal devem legislar sobre proteção e defesa a saúde (CF, art. 24, XII). Nesse sentido, a legislação estadual, através da Lei Complementar n° 1.257/15 - Código Estadual de Proteção Contra Incêndios e Emergências e do Decreto Estadual n° 62.416/17, já estabelecem ações dos municípios na

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Esta publicação é Certificada Digitalmente, acesse o guia de Certificação Digital: diariooficial.guarulhos.sp.gov.br.

Caso haja necessidade de cópias autenticadas em papel, contate a Secretaria de Governo, Departamento de Relações Administrativas, no endereço abaixo:

Av. Bom Clima, 91 - Bom Clima - Guarulhos - SP

PORTARIA Nº 688/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município e o que consta do memorando nº 135/2019-SGE,

NOMEIA

Srª. Glaucia Fabiana Favaro de Oliveira - RG nº 18.665.797-3 CPF nº 214.739.188-39;

Para o cargo em comissão: Assessor Executivo Governamental (323-27);

Vaga: exoneração de Thalles Gomes Camello da Costa.

PORTARIA Nº 689/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Luana Vilivas Lobo – RG 38.152.395-0;

Para o cargo em comissão: Assessor de Unidade (334-47);

Vaga: exoneração de Cesar Serinoli Santos.

PORTARIA Nº 690/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Bianca Lopes de Macedo;

Para o cargo em comissão: Assessor de Unidade (334-429);

Vaga: exoneração de Ronaldo de Araujo Viegas, exonerando-se do cargo que ocupa atualmente.

PORTARIA Nº 691/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Juliane Nascimento Rodrigues de Lima – RG Nº 43.210.702-2 CPF Nº 447.328.338-02;

Para o cargo em comissão: Assessor de Secretaria e Coordenadoria (332-134);

Vaga: criada pela Lei Municipal nº 7.549/2017.

PORTARIA Nº 692/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Sr. Douglas Santos de Almeida - CPF 294.862.318-93;

Para o cargo em comissão: Gestor de Políticas Municipais (335-48);

Vaga: exoneração de Sueli Aparecida Arroyo.

PORTARIA Nº 693/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Maricelia Souza Santos;

Para o cargo em comissão: Assessor de Secretaria e Coordenadoria (332-210);

Vaga: criada pela Lei Municipal nº 7.549/2017, exonerando-se do cargo que ocupa atualmente.

PORTARIA Nº 694/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Sr. Rui Ferraz Esteves - CPF 247.106.458-25;

Para o cargo em comissão: Assessor de Unidade (334-405);

Vaga: exoneração de Jose Carlos Pessotti, tornando-se sem efeito a Portaria nº 555/2019-GP.

PORTARIA Nº 695/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Angelica Araujo Martins – RG nº 52.281.498 CPF nº 417.014.798-77;

Para o cargo em comissão: Assessor de Unidade (334-51);

Vaga: exoneração de Charlene Fernandes Pessoa.

PORTARIA Nº 696/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Eduarda Leandro de Souza;

Para o cargo em comissão: Assessor de Diretoria (333-304);

Vaga: exoneração de Clayton da Silva Manhães, exonerando-se do cargo que ocupa atualmente.

PORTARIA Nº 697/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Eva Menezes Leandro Souza;

Para o cargo em comissão: Assessor de Unidade (334-87);

Vaga: exoneração de Eduarda Leandro de Souza, tornando-se sem efeito a Portaria nº 522/2019-GP.

PORTARIA Nº 698/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

NOMEIA

Srª. Emily Christini Gonçalves da Silva;

Para o cargo em comissão: Gestor de Políticas Municipais (335-32);

Vaga: exoneração de Valeria Rodrigues Cassemiro, exonerando-se do cargo que ocupa atualmente.

PORTARIA Nº 699/2019-GP

GUSTAVO HENRIC COSTA, Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso de suas atribuições legais, Considerando o artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

EXONERA o servidor **José Carlos Oliveira Santos** (código 65720), **Assessor de Diretoria (333-217)**, lotado na STMU04.

PORTARIA Nº 116/2019-SGE

O Secretário Municipal de Gestão **ADAM AKIHIRO KUBO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 21.310/2001,

Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 41 da Lei Municipal nº 6.359/2008 e o que determina o processo nº 7.545/2015,

RESOLVE:

Reenquadrar a servidora **Evelyne Jacqueline Jospin** (código 14284), no emprego de **Especialista em Saúde (Fonoaudiólogo)**, 30 (trinta) horas semanais, Grau F, ref. II da Tabela Salarial da Saúde.

PORTARIA Nº 117/2019-SGE

O Secretário Municipal de Gestão **ADAM AKIHIRO KUBO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 21.310/2001,

Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município de Guarulhos,

RETIFICA as Portarias abaixo relacionadas, conforme segue:

1 – 663/2019-GP, referente à senhora **Jessica Candido Morgado**, para fazer constar que sua nomeação se deu em vaga criada pela Lei Municipal nº 7.549/2017 (333-430),

2 - 662/2019-GP, referente ao senhor **Jean Carlos Alves de Oliveira**, para fazer constar que seu CPF correto é nº 297.187.938-01,

3 – 395/2019-GP, referente ao servidor **Giovanni Crecchi Franca** (código 66954) para fazer constar que sua nomeação se deu em vaga da exoneração de **Eraldo Felix Alves** (334-250).

PORTARIA Nº 044/2019-SGMSAI/DRA

O Diretor do Departamento de Relações Administrativas da Secretaria do Governo Municipal, **MAURICIO SEGANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 34.632/2017, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município e o que consta do Ofício nº 24/2019-176ZE,

RESOLVE:

Sustar a contar de 13.03.2019, os efeitos da Portaria nº 1.678/2017-GP, que cedeu o servidor **Pedro Henrique Argentim Rodrigues Martins** (código 56023), ao **Juízo da 176ª Zona Eleitoral de Guarulhos**.

PORTARIA Nº 045/2019-SGMSAI/DRA

O Diretor do Departamento de Relações Administrativas da Secretaria do Governo Municipal, **MAURICIO SEGANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 34.632/2017, Considerando o disposto no artigo 63, incisos IX e XIV da Lei Orgânica do Município e o que consta do Ofício nº 46/2019-ZE395,

RESOLVE:

Sustar a contar de 25.03.2019, os efeitos da Portaria nº 02/2017-SG/DRA, que cedeu o servidor **Mauricio Mohr Pinto** (código 49872), ao **Juízo da 395ª Zona Eleitoral de Guarulhos**.



COMPDEC
GUARULHOS

Sempre ao seu lado.
Em permanente estado de alerta
para ações e enfrentamento de
situações de emergência.

Disque
199



